

## ALGUNS (CONTRA)PONTOS (IN)DESEJÁVEIS SOBRE LÍNGUA E DISCURSO

LINCK, Ieda Márcia D<sup>1</sup>; VERISSIMO, Fabiane da Silva.<sup>2</sup>

**Resumo:** Apresentamos uma retomada dos conceitos de língua e discurso. Para tanto, tomamos como base teórica a Análise do Discurso (AD) de linha pecheutiana, tal como vem sendo desenvolvida no Brasil. Nessa perspectiva, a língua é a possibilidade do discurso, por isso, a questão que discutimos é a língua; a que possibilita a materialização do discurso e, que (não)mostra, (des)comunica; a língua a qual o sujeito se submete para dizer, produzindo efeitos parecidos no que diz respeito ao assujeitamento, ou seja, os saberes preexistem ao discurso, considerado como “efeito de sentido entre os interlocutores” (Pêcheux, 1969).

**Palavras-chave:** Sujeito. Ideologia. Efeito.

**Abstract:** Here is a resumption of the concepts of language and speech. For this, we take as a theoretical basis Discourse Analysis (DA) pecheutian line, as it has been developed in Brazil. From this perspective, language is the possibility of discourse, so that the issue discussed is the language; allowing the materialization of discourse, and (not) shows, (mis) communication, the language to which the subject undergoes to say, producing similar effects with respect to subjection, i.e. the knowledge preexists the speech, considered as "effect of meaning between interlocutors" (Pecheux, 1969).

**Keywords:** Subject. Ideology. Effect.

### Introdução

Neste texto, discutimos o estudo da linguagem a partir do corte feito por Saussure, base para mostrar alguns contrapontos teóricos em relação à definição de língua pensada pela Análise de Discurso.

Buscamos mostrar alguns aspectos que diferenciam as duas perspectivas no que diz respeito à língua e o discurso. Tomamos como referência o conceito de língua apresentado no Curso de Linguística Geral, de Ferdinand de Saussure, publicado pelos seus discípulos em 1916, três anos após a sua morte, em relação aos conceitos apresentados nos escritos de Pêcheux e Orlandi.

Considerando que as discussões teóricas que ocorrem no contexto acadêmico deve(ria)m movimentar o ensino de línguas no contexto escolar, trazemos também

<sup>1</sup> Professora da Unicruz. Bolsista PICD Unicruz. Bolsista Capes – Parfor. Doutoranda em Linguística, no PPGL da UFSM, sob orientação de Amanda Eloina Scherer. E-mail: imdlinck@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Comunicação Midiática pela UFSM. E-mail: fabi@comnet.com.br

alguns dizeres sobre a concepção de língua que acreditamos constitutivo do imaginário do sujeito professor.

### **O corte saussuriano: algumas especificidades**

Saussure, ao inaugurar a linguística moderna, no início do século XX, conhecida a partir da publicação do *Curso de linguística geral*, rompe com a visão única de análise existente, a comparação, até mais ou menos 1906, pela qual a língua fora abordada em função de outros pontos de vista.

Antes disso, outros autores, como Bréal, por exemplo, já haviam se ocupado de questões sobre o sentido, considerando-o como uma relação com o mundo, assim como é a subjetividade – uma relação homem-mundo. Saussure optou por aprofundar o estudo com uma parte da linguística, que é o estudo da língua, sem desenvolver questões relativas à fala, já que, segundo ele, esta é um ato individual e está sujeita a fatores externos, muitos desses não linguísticos e, portanto, não passíveis de análise. Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p.94), citados por Nunes (2007, p. 99), confirmam sobre a contribuição de Saussure, mas afirmam que: “a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, mas ela não pode impedir um retorno do empirismo em semântica.”

Dessa forma, Zandwais (2009, p. 25-26) questiona a frase significada nela mesma, pois a sintaxe deve ser percebida de modo diferente, tomando rumos diferentes daqueles previstos na linguística, apenas como estrutura, e afirma que a questão da apreensão do sujeito pela ideologia deve ser pensada com outra materialidade, capaz de ressignificar os processos discursivos que inscrevem as instâncias do discurso na história. Pêcheux (2009, p. 81) explica que “a língua se apresenta, assim, como base comum aos processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela, na medida em que os processos ideológicos simulam os processos científicos”.

Mesmo assim, o estruturalismo ofereceu uma nova perspectiva para o estudo da língua, dando à linguística um caráter científico, porque em Saussure a linguagem tem duas partes: a língua, considerada essencial, e a fala, tida como secundária. Poderíamos falar dessa distinção nos termos *languee parole*, ambos introduzidos por ele. O primeiro termo, em traços gerais, refere-se à língua como sistema de signos interiorizado culturalmente pelos sujeitos falantes, ao passo que a

fala se refere ao ato individual de escolha das palavras para a enunciação do que se deseja. A língua é, então, um sistema estruturado de sinais, cujos aspectos evolutivos, históricos foram denominados “diacrônicos” e quanto aos elementos simultâneos, Saussure denominou “sincrônicos”. Na perspectiva saussureana, um signo é aquilo que o outro não é.

As conhecidas dicotomias de Saussure ofereceram possibilidades para vários estudos posteriores, assim se refere sobre a língua: “Nossa definição de língua supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo Linguística externa” (SAUSSURE, 2006, p. 29). Para a perspectiva discursiva, a língua considerada como uma estrutura fixa, na qual cada palavra traz em si um conceito, enquanto sistema, só conhece sua ordem própria, o que vai impedir de considerar a historicidade. Orlandi (2001) reforça que os significados das palavras vão além da ortografia e do léxico.

Na minha convivência com o estudo da linguagem – e essa é minha especificidade – eu aprendi que as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que falam. Sendo assim, os sentidos são aqueles que a gente consegue produzir no confronto do poder das diferentes falas (ORLANDI, 2001, p. 95).

Outras ciências apresentavam o seu objeto previamente. A partir de Saussure, parte-se do princípio de que é o ponto de vista que cria o objeto, o que o autoriza a fazer uma crítica a outros observadores que veem na palavra um objeto linguístico concreto. Para Saussure, a língua, por sua vez, é a norma de todas as manifestações da linguagem: “A língua é um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2006, p.17). Ela é social, considerando que é algo apreendido e convencionado.

Os estudos linguísticos tiveram inúmeras publicações consagradas, trazendo contribuições como as de Chomsky, que tratou a língua como competência comunicativa, um órgão mental, no qual a faculdade da linguagem seria substanciada na mente, e de Benveniste, que resgatou a categoria do sujeito excluída por Saussure. No entanto, no contexto escolar brasileiro, a língua a ser considerada ainda é a prescritiva, descrita enquanto norma perfeita, estrutura fechada em si mesma.

Há um imaginário de língua cujos dizeres a constitui como uma estrutura fixa, que deve ser aprendida pela gramática normativa para depois ser usada. Tal visão ignora que o sujeito já a utiliza no processo comunicativo muito antes de ingressar na escola.

Nesse meio, a língua é designada como algo a ser adquirido, com a apropriação das normas gramaticais, fora do sujeito, no dizer do entrevistado. Ao fazer essa definição, o sujeito está assumindo uma posição que pode se agregar aos saberes previstos à concepção imaginária de língua, limitada à forma.

Quando Saussure faz um recorte do seu estudo e opta por estudar a língua e não a fala, implanta uma linguística da língua, considerando-a como um sistema de sinais que se completa pelo que os signos representam num contexto social apreendido, retira também o sujeito da língua. Dessa forma, não importariam as relações sucessivas históricas dos mesmos, mas as relações simultâneas. Mas seria possível falar em um lado social da linguagem, sem considerar a fala? Temos como contraponto a afirmação de Pêcheux (1999): “As estruturas não vão às ruas”. Para este, a história e a língua andam juntas. Há, sim, a língua, mas há a história se movimentando nela. A história acontece, a massa nomeia a seu modo, novo sentido acontece; logo, é uma ilusão pensar o sentido como único. Por isso, o considerado acabado, estabelecido, imutável pode e deve ser repensado. Em Orlandi (2001, p.47), “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante”. Portanto, a estrutura fora do contexto não faz sentido.

Em seus estudos, Saussure não reconhece a dualidade constitutiva da linguagem, isto é, o seu caráter ao mesmo tempo formal e atravessado por entradas subjetivas e sociais, que provocam um deslocamento permanente, entre o nível linguístico e extralinguístico. Convém citá-lo: “Não é a linguagem que é natural ao homem, mas a faculdade de constituir uma língua, vale dizer: um sistema de signos distintos correspondentes a ideias distintas” (SAUSSURE, 2006, p.18).

A língua se estabelecerá pelos instrumentos criados e fornecidos pela coletividade, o que mostra que “é a língua que faz a unidade da linguagem” (SAUSSURE, 2006, p.18). Entendemos que mesmo que aprendida na coletividade, a língua é materialidade para o discurso de sujeitos constituídos de formas diversas, em contextos e momentos diferentes. Encerramos, apoiados em Guimarães (2005,

p. 20), no qual encontramos a seguinte formulação: “O corte saussuriano exclui o referente, o mundo, o sujeito, a história”.

### **A relação (in)direta entre língua e discurso em AD**

A relevância da Análise do Discurso está em contextualizar os discursos como elementos relacionados em redes sociais e determinados socialmente por regras e rituais, bem como modificáveis na medida em que lidam, permanentemente, com outros textos que chegam ao emissor e o influenciam na produção de seus próprios discursos.

Com a perspectiva de investigar esses processos discursivos, Pêcheux define:

Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento nº1 (1993, p.181).

Conforme este autor, as ciências, especialmente a linguística, a história e a psicanálise perpassam-se, oportunizando um espaço para discussão que é chamado de entremeio, cuja intenção é estudar o discurso. Nesse contexto, a teoria da Análise do Discurso francesa possibilita uma abertura ao sentido exposto e ao dizer oculto no(s) discurso(s) sociais e políticos, nos quais os sujeitos questionam ou se enquadram nas determinações legais e institucionais onde se entrecruzam a cultura, a história e os sujeitos que as constituem.

Dessa forma, o discurso constitui-se objeto de estudo, ao considerarmos as condições em que foi produzido e os efeitos de sentido que produz, como efeito entre os interlocutores. Tais efeitos são causados pelo modo como o texto está estruturado (e contextualizado), no qual são constituídas as identidades. A escolha de termos e de construções depende da articulação do discurso com o contexto social, refletindo o que Pêcheux (1993) denomina “formações ideológicas”, ou seja, a ideologia transmitida nas formações discursivas.

Pêcheux reconfigura e reformula conceitos ao reconhecer que uma formação discursiva não é um espaço estrutural fechado, pois está em relação paradoxal com seu “exterior” ao ser constitutivamente “invadida por elementos que vêm de outro

lugar (isto é, de outras Formações Discursivas) que se repetem nela, sob a forma de pré-construído e de discursos transversos”, como Pêcheux (1993, p.314) os designa. Afirma também que o “sentido de uma palavra, expressão, proposição, não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo-sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 1993, p.160).

O imaginário, por sua vez, é constituído no processo de “interiorização da exterioridade”. Nessa perspectiva, compreende-se que o que o sujeito pensa ou fala é a manifestação de uma objetividade subjetivada, ou, para usar os termos empregados por Courtine (2009), de uma exterioridade interiorizada. Aquilo que um sujeito enuncia, “a sua fala”, é produto da subjetividade, de uma subjetividade facultada, tornada possível e produzida pelo social. Convém retomar Gadet e Pêcheux (2004), para os quais o que a língua traz é o que ela diz e também o que ela não diz. Há um processo nesse dizer, no qual o “tudo não é dito”, pois se torna inatingível justamente porque o que não foi dito é o impossível de ser dito, ou o que não se pode ou deve dizer, estabelecido por convenções sociais.

Sempre, nesta perspectiva, um enunciado pode ser outro, nem tudo é dito, pois há um limite para aquilo que pode ou deve ser dito. Isso acontece porque a língua é estrutura, mas é também a história movimentando-se, mostrando as mudanças, que não são casuais, que se dão na história, as quais a massa nomeia, assim, um novo sentido acontece. No entanto, entender esse sentido como único é pura ilusão, visto que “a língua como sistema de signos, imensa página cuja relação frente e verso, é regulada pelo arbitrário, traduz esse efeito de convenção que as relações sociais impõem à linguagem” (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.56).

Sempre que formos abordar o imaginário de língua temos de levar em conta que o real, o simbólico e o imaginário estão imbricados, ou seja, suas fronteiras são muito tênues. O universo ideológico, ou mesmo o rompimento com o mesmo, não é percebido nem sentido de forma imediata, pois, se assim fosse, seria fácil mudar relações, ideias, concepções e práticas. É preciso um equívoco para que novo sentido surja, visto que o dito vai além do querer dizer: é dito sempre mais do que o sujeito sabe, do que quer dizer, ou mesmo do que ele poderia dizer, portanto, algo mais é dito, sendo disperso, perdido, remetendo sempre a outro dizer, ou dizeres, que o constituiu.

Da mesma forma, Orlandi (1996, p.25) ressalta que a AD, trabalhando nesse entremeio, promove uma ligação, “mostrando que não há separação entre a linguagem e sua exterioridade constitutiva e que essa linguagem é tomada como mediação, uma ação que constitui identidades”. Isso aponta para a noção de sujeito em Pêcheux, a partir da posição, do lugar, de onde se fala, e ele fala do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica (FI). Isso o leva a conceber uma subjetividade assujeitada às coerções da FD e da FI. Portanto, um sujeito é marcado por uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela FD, que define “o que pode e deve ser dito por um sujeito”.

Também nesse sentido, Orlandi (2006, p.15) ressalta que “o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana”; por isso, é preciso procurar compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

A partir disso, é possível definir discurso como uma prática social de produção de textos. Isso significa que todo discurso é um processo que se dá no social, não no individual, e que só pode ser analisado com base no seu contexto histórico-social, nas suas condições de produção. O discurso reflete, então, uma visão de mundo estabelecida, necessariamente vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m). Será que podemos chamar isso de ideologia? Conforme Schons (2000, p.27), “a função da ideologia não é ocultar. Na verdade, os conceitos da Análise do Discurso permitem-nos verificar até que ponto a ideologia se movimenta no objeto discursivo e permitem explicar as condições nas quais o indivíduo se reconhece como sujeito.”

A afirmação da autora demonstra que não há como separar a língua do discurso, porque este, para a AD, não é apenas um texto. Nesta perspectiva, o texto é entendido como a materialidade linguística por meio da qual se chega ao discurso. Por ser o texto um monumento, não um documento, para AD, em termos da teoria do discurso, tratada como determinação histórica, dos aspectos semânticos, Pêcheux se distancia da questão do historicismo comparativo, que inseriu a história como base para suas análises (ZANDWUAIS, 2009, p.26). Nesse contexto, a língua e a historicidade se relacionam produzindo efeitos de sentidos que levam ao funcionamento discursivo, considerando, sempre, as condições de produção. “É impossível, afirma Pêcheux, analisar um discurso como um texto [...] é necessário

referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção” (MALDIDIEIR, 2003, p.23).

Na ótica de Pêcheux, não é possível haver condições de produção estáveis e homogêneas (1993, p. 312), já que a língua é heterogênea e instável, o que interfere diretamente no discurso. Cabe aqui retomar a questão do texto no nosso formato de análise discursiva, a fim de salientar que, para a AD, a língua é indispensável, pois contém a materialidade do discurso, as pistas para as quais o analista volta seu estudo.

Dessa forma, a AD francesa não leva em conta o que o texto quis dizer, mas o efeito de sentido que produziu. Tanto é que Orlandi (2007, p. 80) propõe que “não trabalhemos com o que as partes significam, mas que procuremos quais são as regras que tornam possível qualquer parte”. Como vemos, “uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou em outra formação discursiva” (ORLANDI, 1996, p. 60).

O discurso do professor em relação ao ensino de língua está impregnado pela ideologia do ensino tradicional, pois “o professor diz que e, logo, sabe que, o que autoriza o aluno, a partir de seu contato com o professor, a dizer que sabe, isto é, ele aprendeu” (ORLANDI, 2006, p.21). Isso porque ideologia, em Pêcheux (2009), é caracterizada como uma prática (técnica) empírica, que materializa pela língua, é percebida no discurso e, de certa forma, influencia na prática cotidiana.

No cotidiano escolar, essa afirmação nos remete a duas proposições: a primeira é de que, por mais que o professor “ensaie” um texto para se apresentar como seguidor dos PCNs, considerados como inovadores pelas perspectivas de ensino atual, na materialidade do discurso percebemos a sua ligação ao ensino tradicional a partir do efeito de sentido produzido pelos verbos utilizados, que denunciam a que formação ideológica se inscreve. A segunda é que esse ensaio se dá num plano de inconsciência, não planejado, mas constitutivo, que aparece quer queiramos, ou não, até porque não teríamos como dar conta de controlar todas as nossas verbalizações. O sujeito professor acredita no que diz, persegue isso, pois, se tivesse consciência, mudaria seu discurso, até porque, depois da proposta um tanto inovadora apresentada pelos PCNs há mais de dez anos, que incentiva as práticas discursivas orais ou escritas - não é interessante ser percebido como um professor tradicional, que ainda acredita na transmissão de conhecimentos. Em

Pêcheux, isso foi tratado como efeito de evidência já em 1969, ao referir que o sujeito acredita ser dono desse dizer, parece controlar o que deve ou não dizer, mas evidencia um discurso estruturalista pré-construído, materializado pela língua.

Há uma justificativa para o fato, pois, “para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante” (ORLANDI, 2001, p. 47). Por isso, a autonomia da língua é sempre relativa, porque comporta em seu interior um espaço para falhas, as brechas, o impossível, enfim, para a resistência. Muitas coisas não podem nem devem ser ditas. E como controlar isso? Não há controle: há, sim, um filtro que redimensiona o discurso. Nesse ponto, língua é algo que vem da coletividade, contratualizada em sociedade, e a produção do discurso se dá pelo exterior, pelo interdiscurso. Como já analisamos, embora o sujeito acredite, ilusoriamente, ser a fonte de seu discurso, ele nada mais é do que o suporte e o efeito do discurso. Pêcheux (2009, [1975]) chama isso de “ilusão discursiva”.

A língua, na Análise do Discurso, não é mais percebida como uma estrutura fora do sujeito. Rompe-se, assim, o estudo da língua, apenas como sistema. E nessa relação a língua trabalharia como o embasamento que permite a construção do sentido no discurso, para que o discurso em si se torne materializado. Na AD, a língua é percebida como base material para que seja possível ocorrer o discurso. Nele, concebemos a língua como forma de manifestação de um discurso constituído num indivíduo, o qual se torna sujeito a partir da posição sujeito que ocupa e que é demonstrada pelo discurso. Definimos daí, o sujeito como um indivíduo constituído por diversos saberes que se inscrevem na sua formação discursiva, os quais representam, como já apontado, o que pode ou não ser dito. Nesse ponto, a paráfrase está largamente presente, lembrando-se que se constitui, para AD, como a reiteração de um sentido já existente dentro de uma Formação Discursiva.

Orlandi (2007, p.28) reitera a noção de sujeito, dizendo que “ao significar o sujeito se significa”, o que faz recorrência à ideia de movimento e ideologia. É possível perceber os pontos de contato na AD: as materialidades históricas (história enquanto movimento) e linguísticas se unem e são expressas por meio da língua, através de pistas deixadas pelo sujeito em seu discurso. Dessa forma, a linguagem é materialidade do assujeitamento e, ao mesmo tempo, da ideologia, pois, onde houver cultura, linguagem e ciência, há ideologia. Apesar de a língua se apresentar

como base comum de processos discursivos diferenciados, os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Dessa forma, determina-se a noção de sujeito em Pêcheux a partir da posição, pelo lugar de onde se fala. O autor fala do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica (FI), o que leva a conceber uma subjetividade assujeitada às coerções da FD e da FI. Portanto, um sujeito é marcado por uma forte dimensão social, histórica, que na linguagem é balizada pela FD, a qual define “o que pode e deve ser dito por um sujeito” (PÊCHEUX, 2009, p.147).

Assim, a língua significaria para um algo, e este mesmo algo já teria uma significação diferente para outro sujeito, o que reforçaria a “duplicidade” tratada por Pêcheux e Gadet (1993). “O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, 2009, p.81).

A língua tem autonomia relativa, já que está subordinada às leis internas, das quais fazem parte as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas (SAUSSURE, 2006, p. 81). Em Pêcheux (2009), é nessa base que se formam os processos discursivos, nos quais a escolha de determinado, não outro, sistema linguístico não é casual, e essa é a essência da língua para a AD. Para a escola francesa, a língua não tem uma função isolada; é concebida como um sistema que tem valor pelo funcionamento, aspecto importado de Saussure. Enfim, não há discurso sem sujeito, e não há nem sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Embora se trate de dois conceitos diferentes, a língua que interessa à AD é a tomada não só como sistema significante material, mas também como materialidade simbólica, ou seja, quando relacionada à história. Nesse caso, cabe ao analista compreender a relação entre essas duas ordens do real (real da língua e o real da história), procurando ultrapassar o “nível da organização (regra, sistematicidade) para chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equivoco, interpretação)” (ORLANDI, 2007, p. 47).

## Considerações Finais

Entendendo que o discurso, a representação e a práxis pedagógica estão imbricados como produtos de um contexto sócio-histórico no qual a ideologia se faz palavra, se faz gesto, retomamos três aspectos fundamentais para a AD: a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma, tornando-se distinta da linguística ao introduzir a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem; a história tem seu real afetado pelo simbólico (não são fatos apenas, mas fatos que reclamam por sentido) e, por fim, o sujeito é descentrado, sendo afetado pelo real da língua e real da história, sem controle sobre a forma como é afetado: é o sujeito discursivo que funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Reiteiramos também que “a língua se traduz pelo fato de todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes [...]”, “A língua não é uma superestrutura” (PÊCHEUX, 2009, p. 82), mas “determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1996, p. 43). Por conseguinte, a ideologia vai funcionar como reprodutora das relações de produção, isto é, o sujeito será assujeitado como sujeito ideológico, de forma que cada sujeito interpelado pela ideologia busque ocupar o seu lugar em um grupo ou classe social de uma determinada formação social, acreditando estar exercendo a sua livre vontade e ser constitutivo do seu imaginário.

É próxima a relação entre língua e discurso, pois a língua, não apenas como norma, é a possibilidade da manifestação do discurso por sujeitos constituídos de forma heterogênea. Fruto da atividade enunciativa do sujeito, ela manifesta vinculação a discursos, marcados na própria seleção e organização de sua estrutura sintática. A análise discursiva busca a trajetória dessa relação via marcas linguísticas. O elemento ideológico e cultural assinala-se a cada manifestação discursiva concreta. Dessa forma, o sentido não pode depender exclusivamente do linguístico em si mesmo, mas também de sua relação com fatores que regulam o uso da língua, regulações concernentes à formação social em que se inscrevem usos e sujeitos.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais** - Brasília, MEC/SEF, 1997/1998.

COURTINE, Jean-Jacques. Análise do discurso político: o discurso político endereçado aos cristãos. São Paulo: EduFUScar, 2009.

GADET, Françoise; HAK, Tony. (Org.) **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

GADET, Françoise; PECHÊUX, Michel. **A língua inatingível** - O discurso na História da Linguística. Pontes. Campinas. São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, ENI P. Identidade linguística. In.: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, ENI P. (Org.). **Língua e cidadania:** o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996. (História das ideias lingüísticas)

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em análise do discurso In: MITTMANN Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas discursivas e identitárias:** sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

NUNES, José Horta. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.) **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 7ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Eni P. **Discurso e Leitura.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem:** discurso e textualidade. Campinas, SP: Ponte, 2006.

\_\_\_\_\_. Eni P. **Interpretação** – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ed. Pontes. São Paulo: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel Michel. Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani et alii. Campinas: Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes Editora, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso;** uma crítica à afirmação do óbvio [1975]. Campinas: Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise. & HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

SCHONS, Carme Regina. **Saberes anarquistas**. Reiteraões, heterogeneidades e rupturas. Passo Fundo:UPF, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, (2006).

ZANDWAIS, Ana. Perspectivas da análise do discurso fundada por Michael Pêcheux, na França: uma retomada de Percurso. **Cogitare**. V. 8, Anta Maria: UFSM, 2009.